

Projeto Laços e sua construção metodológica

Laços Project and its methodological construction

Aline Aguiar Mendes¹

David de Oliveira Castro²

Izabela Riza Alves³

Juliana França Marques Lemos⁴

RESUMO

O presente artigo investigou a metodologia do Projeto de Extensão Laços, vista a necessidade de se buscar formas alternativas ao atual modelo socioeducativo. Laços caracteriza-se como um projeto de extensão interdisciplinar, entre os cursos de Direito e Psicologia, além da parceria externa do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Belo Horizonte. A proposta é a realização de oficinas com jovens na faixa etária de 12 a 21 anos de idade, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Observou-se que a metodologia apresentada no projeto é diferente das metodologias tradicionais, pois ela proporciona um espaço de criação de laços pessoais, afeto e atravessamentos por meio da horizontalidade e do franco falar.

Palavras-chave: Medidas socioeducativas. Metodologia. *Parrhesia*.

ABSTRACT

This article investigated the methodology of the Extension Project “Laços”, considering the need to find alternative forms for the current socio educational model. “Laços” is characterized as an interdisciplinary project of extension, between the Law and Psychology courses, in addition to the external partnership of the Specialized Reference Center of Social Assistance - CREAS - of the city of Belo Horizonte. The proposal is the realization of workshops with young people in the age group of 12 to 21 years age, in the fulfillment of socio-educational measures in open environments. It was observed that the methodology presented in the project is different from traditional methodologies, which provides a space of affection, horizontality and frank talk.

Keywords: Educational Measures. Methodology. *Parrhesia*.

¹ Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professora adjunta IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atualmente é Coordenadora de Pesquisa e Pós-graduação da Unidade São Gabriel/PUC Minas, coordenadora do Projeto Tecendo a Rede e do Projeto Laço; membro da coordenação do Curso de Especialização da PUC Minas: Saúde Mental: práxis, clínica e política. E-mail: alineaguiarmendes@yahoo.com.br.

² Graduado em Letras e graduando em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / Coração Eucarístico. Extensionista do Projeto Laços PUC Minas. E-mail: davidsilfos@yahoo.com.br.

³ Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) / Coração Eucarístico. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC - FAPEMIG). Extensionista do Projeto Laços PUC Minas. Monitoria de Introdução ao Estudo do Direito I e II pela Faculdade Mineira de Direito (FMD – PUC Minas). E-mail: izabella.riza@sga.pucminas.br.

⁴ Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / Coração Eucarístico. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC - FAPEMIG). Faculdade Mineira de Direito (FMD – PUC Minas). Extensionista do Projeto Laços. E-mail: jfmlemos@sga.pucminas.br.

1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a possibilidade de aplicação de medidas socioeducativas a jovens que cometeram algum ato infracional. Essas medidas podem ser cumpridas em meio aberto – advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida – ou em meio privativo de liberdade – semiliberdade e internação. Apesar de não serem compreendidas como penas e apresentarem caráter predominantemente pedagógico, as medidas socioeducativas obrigam o adolescente a seu cumprimento, sujeitando-o, inclusive, às sanções previstas no ECA.

De acordo com os dados do Relatório Estatístico da Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte, referente ao ano de 2017, foram apresentados 237,78 atos infracionais a cada 100.000 habitantes. Além disso, o perfil dos adolescentes que cometeram ato infracional corresponde exponencialmente ao sexo masculino, com idade entre 15 a 17 anos. Além disso, conforme informações do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do INFOPEN, de 2016, 64% da população prisional brasileira correspondem a pessoas negras, 55% são jovens de 18 a 29 anos, 51% não completaram o Ensino Fundamental e, 28% dos tipos penais cometidos correspondem ao tráfico de drogas, 37% aos crimes de furto e roubo e 11% ao crime de homicídio. Tais informações evidenciam a seletividade do sistema penal brasileiro que segrega, cada vez mais, a juventude negra da periferia, indo contra direitos tutelados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, BRASIL, 1990), assim como os direitos humanos e fundamentais assegurados na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Becker (1973) é um dos autores que veem sob outro prisma os atos infracionais e, assim, promove abertura para uma nova forma de pensar a questão. Para o autor, esses atos são impostos pela sociedade como desvios. Sendo assim, o comportamento desviante não é a qualidade do ato, mas uma consequência da reação dos outros. Depende então, da natureza da ação, da reação alheia e por isso, se os outros não reagem não ocorre a rotulação. A reação também varia conforme o indivíduo em questão - sua cor de pele, classe social, gênero, sexualidade –, ou seja, nenhum comportamento é desviante, mas torna-se desviante a partir do momento em que ele é assim definido. A partir disto, pode-se fazer uma reflexão acerca de o perfil da maioria dos jovens que cumprem medidas socioeducativas ser de homens, negros e de classe

baixa, conforme evidenciado nos dados que foram apresentados anteriormente (BECKER, 1973).

Dessa forma, diante do atual cenário acredita-se que o Projeto Laços se apresenta como uma alternativa. Sendo um projeto de extensão interdisciplinar constituído pelos cursos de Direito e Psicologia, o projeto conta com a parceria externa do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Belo Horizonte. A proposta é a realização de oficinas com jovens na faixa etária de 12 a 21 anos de idade, que se encontrem em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, nas modalidades de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade. Orientado pelo respeito aos direitos humanos e garantia à cidadania, busca-se construir um espaço alternativo frente às metodologias tradicionais do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A seleção dos jovens que participam do Projeto Laços é realizada pelos técnicos, assistentes sociais e psicólogos do CREAS, que acompanham as medidas. São disponibilizadas 30 vagas, tendo em vista a capacidade do projeto. A participação do jovem é voluntária, não vinculando o Projeto Laços à obrigatoriedade da medida. A proposta de se trabalhar com grupos visa atender a demanda apresentada pela gerência de medidas socioeducativas de Belo Horizonte, ao assinalar que o trabalho individual é realizado pelos técnicos, enquanto o trabalho coletivo é um desafio do serviço.

2 A METODOLOGIA APLICADA NO PROJETO LAÇOS

As oficinas realizadas pelo Projeto Laços possuem quatro eixos de formação: cultural, reflexivo, esportivo e profissionalizante. O eixo cultural objetiva promover o direito à cultura que é garantido às crianças e adolescentes pela Constituição Federal, trazendo um ambiente mais lúdico e voltado para o entretenimento, assim como as oficinas esportivas. Conjuntamente, as reflexivas têm a função de construir críticas a respeito das diversas situações de opressão e vulnerabilidade vivenciadas pelos participantes do projeto, como o racismo, machismo, lgbtfobia, *etc.* No que se referem às profissionalizantes, estas visam a criar um espaço de experiências com os diversos cursos de que a Universidade dispõe, para que todas e todos possam conhecer e ampliar o conhecimento a respeito da prática profissional das diversas áreas. Ressalta-se que os quatro eixos não são práticas isoladas, mas sim norteadores da construção metodológica

do projeto.

A metodologia de trabalho do Projeto Laços se ancora em uma relação dialética, por meio da qual se possibilita troca de saberes e vivências, considerando a singularidade de cada participante. As oficinas são pensadas privilegiando um espaço de diálogo entre os envolvidos no projeto e troca de informações sobre suas realidades, ou seja, um espaço em que todos e todas possam expressar sua singularidade a partir da relação construída.

A oficina é uma metodologia de trabalho que prevê a formação coletiva, uma troca de saberes, a partir de uma horizontalidade na construção do saber inacabado. Visam a uma transformação mútua de seus integrantes, sejam alunas e alunos, beneficiárias(os), professoras(es) e comunidade em geral.

As atividades, através da construção do laço social, por meio de práticas de grupos horizontais, possibilitam que os envolvidos adquiram voz e lugar de fala, criando condições para que expressem suas experiências e questões pessoais. A aposta é no sujeito, pois o mesmo ao se posicionar, ao falar de si, conseguirá discorrer sobre o que gosta de fazer, o que o deixa alegre e/ou triste, sobre o que o angustia, sobre seus desejos, vontades, medos, *etc.*, localizando um sentido para sua história, mas também experienciando outras possibilidades, habilidades, interesses e sonhos, a partir da relação horizontal entre o grupo, ou seja, a partir da troca de vivências e histórias que circulam no grupo.

Conforme Freire (1980), o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial. A aposta nas práticas de oficinas horizontais se dá por compreendermos que, sendo o indivíduo um sujeito de linguagem, que se expressa via relações sociais e interações verbais por meio do discurso e comportamentos, os extensionistas se deslocam do lugar do ‘agente do saber’, que apresentaria respostas prontas para os jovens participantes do projeto, para se encontrarem no lugar do ‘suposto saber’, lugar no qual todos os envolvidos produzem trocas subjetivas que contribuirão para novas reelaborações subjetivas, sustentadas em um diálogo democrático.

Para Freire (1980), o diálogo é uma ação transformadora e libertadora, portanto, deve servir para ancorar qualquer atividade que se proponha contribuir para a autonomia da pessoa. É a partir desta perspectiva de Freire que buscamos desenvolver oficinas que

favoreçam a todas e todos participantes do grupo expressarem o seu ‘dizer’, a sua palavra e a sua história de forma livre, possibilitando, portanto, que este sujeito se reconheça nessa história consciente e reflexivamente, assim, tornando-se responsável por / protagonista de sua própria história.

A proposta é que através das atividades nos espaços da PUC e nas praças públicas, os adolescentes possam transitar e ocupar lugares na cidade na condição de participantes do laço social; que possam vivenciar e experimentar outras possibilidades e descobertas, pois, engajando-se no social, os adolescentes do projeto poderão se apoiar em uma nova relação com o seu gozo na sociedade, reduzindo o dano causado pelo lugar simbólico o qual lhes foi reservado pelos estigmas da marginalização, inscrito pelo olhar do Outro, em detrimento do sistema nominativo e identificatório que Lacan chama de significante mestre – o qual ‘governa’ o gozo e determina o discurso proferido pelo sujeito. É sob esse contexto que se tecem os eixos norteadores: cultural, reflexivo, esportivo e profissionalizante, que, por via do lúdico e do simbólico, buscam distender-se para diversas direções, surtindo efeitos na subjetividade dos participantes, buscando um deslocamento do sujeito diante daquilo que lhe causa e acomete sofrimento.

A partir desses efeitos, o Projeto Laços apresenta uma metodologia de trabalho com base na responsabilização subjetiva dos adolescentes em conflito com a lei, através do posicionamento da escuta de cada adolescente, para aquilo que o sujeito diz, que se encontra além do ato infracional, “pois, é escutando os seus argumentos, embaraços, queixas, injúrias e algo que daí escape [...]” (BARRETO, 2003, p.30) que se possibilitará implicar o adolescente naquilo que o faz viver e o angustia.

Lacan (1986) considera que a dimensão do ato se apresenta em uma articulação com o simbólico, no qual se dirige ao Outro, e um rompimento com o enquadre do significante, marcando, portanto, o estatuto de transgressão da lei; sendo assim, o ato se configura em transgressão e temporalidade, que nos permite compreender que o sujeito, após o seu ato, apresenta-se de maneira distinta do que era antes. A responsabilização que aqui se trata é de alcance subjetivo, processo o qual permite que o adolescente subjetive seu ato e o questione, assentindo, portanto, sua condição de sujeito por meio de um tempo de compreender, necessário para sua formulação.

Esse tempo lógico, contrário ao tempo cronológico, refere-se ao tempo do sujeito, processo pelo qual a noção de responsabilidade perpassará transversalmente sua

subjetividade através das oficinas e conversas construídas. Para Lacan (1998c), o âmbito temporal entre ver, compreender e concluir requer um intervalo que não se limita ao tempo cronológico, mas sim a “[...] um tempo lógico que faz valer o instante como decisivo” (FINGERMANN, 2009, p.63).

Então, como essa metodologia é aplicada na elaboração das oficinas? As oficinas são elaboradas durante as reuniões do projeto, levando-se em conta os eixos mencionados anteriormente. As primeiras oficinas que ocorrem possuem uma função de integração do grupo, já que a maioria dos adolescentes que são recebidos no projeto não conhecem os extensionistas e vice-versa. Sendo assim, opta-se pelos eixos esportivo e cultural, que irão orientar as primeiras oficinas, objetivando um maior estreitamento de laços entre os integrantes do projeto, para que o grupo se torne mais coeso.

Para exemplificar essa metodologia, a primeira oficina realizada tanto no primeiro semestre de 2017 quanto no segundo, foi a denominada “Oficina da Música”. Ela consiste em cada um dos participantes escrever em um papel alguma música que for de seu gosto. Em seguida, tais papéis são colocados em uma caixa e, sorteadamente, pegamos o nome da música e colocamos para tocar. A ideia é tentarmos adivinhar quem escolheu cada música que foi tocada e, em seguida, se a pessoa quiser, poderá contar para todos os motivos de ter escolhido tal música.

Dessa dinâmica, tiramos momentos importantes que nos fazem conhecer um ao outro logo no início. Por exemplo, na oficina do primeiro semestre de 2017, um dos adolescentes escolheu uma música de funk, que abordava a violência nas comunidades e perdas pessoais. Ao explicar o motivo de ter escolhido tal música, este adolescente se abriu para o grupo contando que a havia escutado junto a um grande amigo, momentos antes de este ser assassinado em uma linha de trem. Esses momentos de confissão e abertura para o grupo são de extrema importância para construir uma relação de coletividade e confiança.

Outro exemplo, mas desta vez que ocorreu no segundo semestre de 2017, foi a quantidade de reflexões sociais que foram feitas a partir das músicas escolhidas. Neste semestre, muitos raps foram escolhidos tanto pelos extensionistas quanto pelos adolescentes. E a partir das músicas ouvidas, tivemos a oportunidade de realizar reflexões sobre opressões sociais, violência nas comunidades, sobre as políticas de guerra às drogas e *etc.* O mais interessante foi que muitas dessas reflexões foram encabeçadas pelos próprios adolescentes, que se sentiram confiantes e confortáveis para

comentar sobre as violências sofridas por eles.

A oficina “Capsula do Tempo” também tem a finalidade de aproximar os membros do projeto. Fazemos uma visão de dois momentos; no primeiro, a ideia é cada um escrever em um papel a expectativa pessoal sobre o projeto. Esta carta é lacrada para que todos possam confiar que ninguém irá ler e, no último encontro, devolvemos as cartas para cada um. O objetivo é que cada pessoa possa refletir sobre quais são os seus objetivos com o projeto e, posteriormente, avaliar os objetivos do projeto e os objetivos pessoais. O segundo momento consiste em uma atividade esportiva que busca um momento de lazer e integração.

A partir dessas oficinas, realizam-se as reflexivas que, muitas vezes, são mais pessoais e que exploram momentos que necessitam de relações que envolvam mais confiança entre os membros. Por exemplo, em uma das oficinas reflexivas, buscamos explorar a subjetividade dos / das participantes. Nela, dividimos o grupo em aproximadamente 5 pessoas e damos 1 cartolina para cada grupo. Cada pessoa iria escrever na cartolina “como ela acha que ela é”, “como ela acha que as pessoas a veem” e, por fim, “como ela gostaria de ser vista”. Um caso relevante sobre esta oficina ocorreu no primeiro semestre de 2017, em que um adolescente afirmou que se sente com muita raiva e nervoso às vezes, mas que tem conseguido controlar muito o seu nervosismo. Disse, também, que gostaria de ser visto com mais respeito e atenção onde mora, pois lá no Projeto as pessoas perguntavam se eles estavam bem e diziam que podia sempre contar com elas. Importante salientar que o adolescente reportou esta frase a uma extensionista, mostrando ter criado um laço significativo com ela. Logo, a partir desse exemplo, percebe-se a aplicação da metodologia do projeto em suas atividades.

Por fim, outra atividade do projeto que é desenvolvida é a denominada “Encontro Aberto”. No ano de 2017, realizamos dois eventos abertos ao público e com a intenção de debater questões relevantes para o projeto, bem como apresentar e mostrar para a comunidade acadêmica a ideia do Projeto de Extensão Laços. Esses eventos foram organizados nos moldes de rodas de conversa.

O primeiro Encontro Aberto foi realizado no dia 02/06/2017 e contou com a presença da Dr.^a Carla Capanema, que apresentou a todas / todos, sua experiência com grupos horizontais, que inspirou sua tese de doutorado. Carla Capanema é especialista em adolescência e sua tese de doutorado foi um estudo de uma experiência que ela proporcionou a jovens adolescentes que iriam ser pais. Essa experiência foi baseada nos

estudos de grupos de Lacan, assim como o Projeto Laços, e prezava pela horizontalidade e a conversação. Com a experiência da Dr.^a Carla Capanema tanto em grupos horizontais, quanto em adolescência, pudemos agregar conhecimentos técnicos ao Projeto, além de trocarmos informações muito relevantes. Como o formato do evento foi a roda de conversa, apresentamos, também, o Projeto de extensão Laços para os presentes, bem como exemplificamos o que vivemos no dia a dia do projeto.

O segundo Encontro Aberto aconteceu no dia 08/09/2017 e foi, também, muito enriquecedor para o Projeto. Ex-integrantes do Projeto Laços, que pesquisaram temas transversais ao projeto, compareceram à roda de conversa e dividiram suas reflexões com os presentes. Temas como alteridade e etiquetamento foram amplamente discutidas e as experiências trocadas nos fizeram pensar e discutir amplamente o Projeto de Extensão.

O método de roda de conversa aproxima e facilita a troca de experiências. A oficina do Tribunal do Júri, que é uma simulação de um julgamento, com defesa, acusação, testemunhas e jurados, foi analisada pelo pesquisador e convidado Thales Brandão Machado Moreira, o qual pesquisou a alteridade, que, em síntese, é a capacidade de se colocar no lugar do outro, nessa oficina específica. A partir dessa análise, surgiram questionamentos sobre como abordar determinados temas com os jovens, sejam discussões sobre o machismo, lgbtfobia, racismo, *etc.* Além disso, levantou-se a relação sobre a opressão e o oprimido, como prevê Paulo Freire.

O pesquisador Felipe Gregório Gravino trouxe para a discussão a questão do etiquetamento e da criminalidade, sobre como os jovens que participam do Projeto são estereotipados pela sociedade e etiquetados de acordo com uma vertente da criminologia. A discussão trazida pelo pesquisador fez lembrar uma oficina realizada pelo Projeto, através da qual discutimos nosso lugar no mundo, nosso autoconhecimento e a relação das pessoas conosco.

Essa oficina mencionada realiza-se da seguinte forma: o grupo se divide em grupos menores, e dentro desses subgrupos, cada um responde a três perguntas: Como você se vê? Como você acha que os outros veem você? Como você gostaria de ser visto? As respostas se desenvolvem e um momento de conversa se instaura a partir das respostas dadas. A questão do etiquetamento fica nítida nessa oficina, porque as respostas dos jovens, na pergunta “como você acha que as pessoas veem você?” é sempre no sentido negativo. Escutam-se respostas como: “bandido”, “mau caráter”,

“maconheiro”, “ladrão”. Essa questão é muito forte para jovens em plena formação. Por esse motivo, as oficinas são sempre no sentido de empoderar e emancipar os jovens a refletirem e discutirem padrões e nomeações estabelecidas por meio dos estigmas sociais.

O Encontro Aberto, conforme mencionado, é muito importantes para o projeto, porque além de expor os acontecimentos do Laços para as pessoas, abre um espaço democrático para que aqueles que não estão envolvidos opinem, deem sugestões, pontuem questões, etc.

3 A APLICAÇÃO DA *PARRHESIA* NO PROJETO LAÇOS

Michel Foucault em sua obra **Hermenêutica do Sujeito**, remontando à cultura grega, apresenta a proposta da *parrhesia* como atitude ética e procedimento técnico no discurso do mestre, a fim de se construir ambientes cada vez menos hierarquizados, ou seja, mais horizontais.

Dentre os conceitos apresentados, iniciaremos com o de *ascese*, que consiste no sujeito de verdade, de veridicção, que dispõe de discursos verdadeiros. É neste ponto que Foucault problematiza a comunicação, no sentido de que sempre haverá dois sujeitos, aquele que irá deter esses discursos verdadeiros e aquele que irá receber esse discurso.

Sendo assim, a discussão apresentada não circula sobre *o que* o mestre tem a dizer, mas sim sobre o procedimento adotado por ele para passar a mensagem que deseja ver passada. Deste modo, certas técnicas de comunicação criam um espaço de silenciamento e obediência, ou seja, é aplicado o exercício da escuta, da leitura e do silêncio, que irão favorecer esse discurso verdadeiro que é passado pelo mestre, silenciando quaisquer outros discursos que poderiam manifestar-se.

Neste sentido, a questão metodológica perpassa por: O que dizer, como dizer, segundo quais regras procedimentos técnicos e princípios éticos? Nesse sentido, Foucault nos apresenta a ideia da *parrhesia* que, conforme foi dito anteriormente, é tanto uma atitude moral, quanto um procedimento técnico que é indispensável para transmitir o discurso verdadeiro, permitindo que aquela pessoa se constitua como um sujeito soberano, como um sujeito de veridicção de si para si, que vai construir seu próprio discurso verdadeiro. Logo, para que o sujeito possa receber o discurso que é

passado para ele conforme lhe convier, Foucault entende que o mestre deve pronunciar este discurso por meio da *parrhesia*.

A *parrhesia* é a liberdade de quem fala, de poder dizer o que acredita e da forma que acredita. Ela é o *franco-falar*, composto tanto por uma atitude moral, quanto pelo procedimento técnico, conforme descrito antes.

Nesse sentido, Foucault apresenta dois adversários desse franco falar que são a lisonja e a retórica. Para que possamos compreender a lisonja (adversário moral), temos que pensar primeiro no conceito de cólera, que é o abuso do poder pelo superior em relação ao inferior, na medida em que esse superior encontra formas de manipular e controlar o inferior. Nesse contexto surge a lisonja, que é uma maneira da pessoa que está em situação inferior ganhar a benevolência do superior, ou seja, o lisonjeador serve-se da linguagem para obter o que ele quer; ele fala o que o superior quer ouvir, enganando-o.

Um exemplo que poderia ser aplicado a certas discussões dentro do Projeto Laços ocorre quando um participante não concorda com alguma opinião que é falada por outro e, em vez de questionar com aquele que proferiu a opinião, apresentando um moralismo proibicionista, este participante respeita a autonomia de fala do outro. Assim, ao invés de promovermos a lisonja, há a possibilidade do franco falar.

Além disso, qual a diferença entre discurso de verdade e de discurso mentiroso? O discurso verdadeiro é aquele em que a pessoa constrói sobre si mesma, de acordo com o que ela pensa e acredita livremente. Já o discurso mentiroso é aquele construído sob o interesse do outro, desconsiderando a sua própria soberania. Então, quando os discípulos simplesmente concordam com o mestre, eles estão passando um discurso mentiroso e não verdadeiro. Logo, a *parrhesia* é contra a lisonja. Combate à lisonja, porque há alguém que fala ao outro de modo que o outro pode se constituir por si mesmo, de forma independente e satisfatória. Foucault fala que o objetivo da *parrhesia* é chegar a um ponto em que o outro não vai mais precisar do discurso de outra pessoa, porque ela construirá o seu próprio discurso.

O outro adversário do franco-falar é a *retórica* (adversário técnico). Ela é um procedimento que tem a finalidade de persuadir, de convencer o outro da veracidade sobre determinado discurso, ou seja, é uma técnica que consegue sustentar discursos mentirosos ou verdadeiros, porque a finalidade é apenas convencer. E a retórica é técnica contrária ao discurso filosófico que seria a *parrhesia*. A retórica é uma arte que

tem a finalidade de convencer, de favorecer sempre a pessoa que está falando. Já a *parrhesia* é uma série de regras de prudência, de habilidades que fazem com que se digam os discursos verdadeiros em tal momento, sob tal forma, em tais condições, a tal sujeito, sendo necessária responsabilidade na fala em face da pessoa a qual o diálogo é construído. O foco não é quem fala, mas a quem se dirige a fala.

Na *parrhesia* nós agimos sobre a outra pessoa com a finalidade não de incliná-la a fazer alguma coisa, mas sim de fazer com que ela constitua a si mesma como seres soberanos, livres e independentes. É dessa forma que Foucault conceitua positivamente o que é a *parrhesia*. Ela é o franco-falar, o falar livremente que intensifica, permite a benevolência entre os discípulos, uns com os outros, graças ao fato de eles terem a oportunidade de falar livremente.

Foucault identifica dois momentos na *parrhesia*: um em que o mestre transfere o livre falar sobre os discípulos e outro em que eles mesmos são incitados a falar livremente entre si, sendo que Foucault entende que na *parrhesia* existem dois tipos de relação: a vertical, em que o mestre é aquele que vai apresentar o discurso, havendo nesse espaço uma certa autoridade, e a horizontal, entre os discípulos. Esses dois momentos também estão presentes no projeto Laços, visto que os extensionistas organizam as oficinas, e criam um ambiente propício para o livre falar. Então, as palavras vem primeiramente do mestre, que tem o direito de falar verdadeiro, naquele sentido que mencionamos do que é verdadeiro e o que não é; e a partir desse franco-falar, surgem as relações horizontais dos discípulos entre si.

Entretanto, vale salientar que a *parrhesia* não é aplicada em sua totalidade conceitual, mas é considerada, dentro do Projeto Laços, como uma atitude ética a ser adotada, de autonomia, respeito ao próximo e liberdade de fala, pois consideramos todos os integrantes do projeto como pessoas soberanas e acreditamos que devemos construir espaços dialógicos para que cada sujeito possa criar as suas ressignificações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas Socioeducativas previstas no ECA, quais sejam, advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, tem como objetivo maior a reintegração do jovem à sociedade, promovendo novos horizontes culturais e educacionais possibilitando-lhes

repensar sua conduta. Não obstante, na prática, devido às dificuldades cotidianas, essas propostas não são obtidas plenamente. Dentro de um paradigma de Estado Democrático de Direito, onde a vida e dignidade da juventude são de especial proteção, é profundamente necessária à consolidação das práticas vinculadas às medidas socioeducativas para o adolescente em situação de vulnerabilidade social.

O Projeto Laços tem como diretriz ser uma alternativa no percurso do jovem no cumprimento da sua medida socioeducativa, buscando, através de sua metodologia, possibilitar a criação de um espaço democrático e dialetizável, em que o sujeito possa questionar a sua relação com o outro e, a partir disso, reinventar e fortalecer o seu laço social.

O ECA determina que é dever do Estado, da família e da sociedade garantir os direitos da criança e do adolescente; nesse sentido apostamos na importância da participação da Universidade nesse contexto social, a qual contribui não somente para o engajamento dos universitários com a sociedade, mas também possibilita um espaço de trocas de saberes entre a academia e a sociedade / a cultura.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Cristiane. Liberdade assistida: a construção de um novo espaço. In: BARROS, Fernanda Otoni. **Tô fora: o adolescente fora da lei**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. P. 25-39.
- BECKER, Howard S.. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar. 2008 [1973], 232 p.
- BENFICA, Aline (Org). **Psicologia Jurídica: ética, transmissão e política**. Rio de Janeiro: Imago Editora. 2001. 284 p.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**. Brasília- DF, 1990.
- BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Diário Oficial da União**. Brasília- DF, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica do Sujeito**: curso no Collège de France (1981-1982). Tradução Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BENFICA, Aline (Org). **Psicologia Jurídica: ética, transmissão e política**. Rio de

Janeiro: Imago Editora. 2001. 284p.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as Formas Jurídicas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1996.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Trad.: Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GUERRA, Andréa Maris; FERRARI Ana Terra; OTONI Marina. **Direito e Psicanálise:** controvérsias contemporâneas. CRV Editora. Curitiba. 2014. 210p.

MINAS GERAIS. Relatório Estatístico Vara da Infância e Juventude. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2017 [acesso em 26 de maio de 2018]. Disponível em: http://www.tjmg.jus.br/data/files/E6/05/C1/8D/1579261054D13526B04E08A8/Relatorio_2018_rev012.pdf. Data de Acesso: 28 de Junho de 2017.

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil. Brasília, 2014. 2008p.